



OAB-RJ pede que Procuradoria da República identifique doleiro do TRT-1

O presidente da seccional fluminense da Ordem dos Advogados do Brasil, Wadih Damous, enviou ofício ao procurador-chefe da Procuradoria Regional da República no Rio de Janeiro exigindo a identificação do servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região que movimentou R\$ 282,9 milhões em 2002. Nessa terça-feira (17/1), o presidente do Conselho de Controle de Atividade (Coaf), Antonio Gustavo Rodrigues, apontou o servidor como doleiro.

No documento, Damous afirma que, se foi decretada a prisão do doleiro, conforme dito pelo presidente do Coaf esta “se deu no âmbito de um processo penal, que, como regra, é público”. Ele afirma que não há motivo para a Procuradoria Regional manter o sigilo em torno do episódio, o que, segundo ele, “só contribui para as especulações acerca de possíveis desvios de verbas públicas e envolvimento de magistrados nessas movimentações”.

O envolvimento do magistrado ou servidor com o esquema de doleiro foi relatado pelo presidente do Coaf ao ser questionado sobre a movimentação atípica no TRT-1. Rodrigues respondeu que “boa parte da movimentação dessa pessoa é porque, antes de estar no Judiciário, ela tinha uma participação numa casa de câmbio, uma sociedade, e nos nossos bancos de dados ela apareceu com essas movimentações.”

Rodrigues disse, inclusive, que a pessoa envolvida no esquema já havia sido presa, o que serviu de embasamento para o pedido de Damous ao procurador-chefe. O ofício da OAB-RJ pede também detalhamento das investigações sobre o doleiro.

A movimentação atípica de R\$ 282,9 milhões por magistrado ou servidor do TRT-1 foi identificada em relatório feito pelo Coaf a pedido do Conselho Nacional de Justiça e entregue à corregedora do órgão, ministra Eliana Calmon. O documento não aponta nomes nem faz distinção entre servidores e juízes.

Clique [aqui](#) para ler o ofício enviado pela OAB-RJ.

Date Created

18/01/2012